

## Visão geral: Tirar partido das dinâmicas do desenvolvimento em África para concretizar a Agenda 2063

*Dinâmicas do desenvolvimento em África 2018* examina as políticas para a promoção do crescimento inclusivo, a criação de empregos e a redução das desigualdades. Estas políticas, por sua vez, visam alcançar as aspirações da Agenda 2063 de “uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável” e cumprir os objetivos do Primeiro Plano Decenal de Implementação 2013-2023. As dinâmicas do crescimento, do emprego e das desigualdades dependem igualmente da integração africana na economia global e das megatendências que afetam o continente. Os cinco capítulos regionais do relatório demonstram que existem importantes diferenças nas dinâmicas do crescimento, do emprego e das desigualdades entre a África Austral, Central, Oriental, Ocidental e o Norte de África, e propõem políticas específicas para cada região. O relatório fornece aos decisores africanos uma ferramenta atualizada de diálogo e reforma de políticas quer nos níveis nacional e regional, quer nos das comunidades económicas e no pan-africano.

### A concretização da Agenda 2063 requer a alteração das dinâmicas do crescimento em África

O continente africano tem registado um forte crescimento desde 2000, dando origem a uma narrativa de uma “África que emerge”. Entre 2000 e 2016, África gozava de taxas de crescimento superiores (4.6%) às da América Latina e Caraíbas (ALC) (2.8%), embora não tão elevadas como as da Ásia em desenvolvimento (7.2%). O recente crescimento africano beneficiou dos elevados preços das matérias-primas, da melhoria da gestão macroeconómica, do alívio da dívida e de estratégias de diversificação do crescimento em alguns países. Muitos países africanos investiram muito em infraestruturas públicas. Os países também diversificaram as parcerias comerciais, nomeadamente com a República Popular da China (doravante designada “China”), com a Índia e com outros parceiros emergentes. Contudo, os empregos de qualidade ainda são escassos e as desigualdades elevadas.

Para alcançar as aspirações da Agenda 2063 para África, são necessárias novas dinâmicas de crescimento por, pelo menos, cinco razões:

1. **O crescimento permanece volátil, não obstante um forte processo de acumulação de capital e novos parceiros comerciais.** Tendo caído em 2016, prevê-se que o crescimento efetivo do produto interno bruto (PIB) recupere para 4% ao ano entre 2018 e 2020. Os percursos individuais de 1970 a 2016 revelam que os surtos de crescimento tendem a ser mais curtos em países africanos e latino-americanos do que nos outros. Manter o crescimento durante um longo período de tempo representa um desafio para a maioria das economias africanas, especialmente para os países deste continente ricos em recursos naturais. Uma vez que os preços das matérias-primas caíram acentuadamente entre 2012 e 2016 (uma queda de 58% para o combustível e quase 37% para os metais e minerais), o crescimento nestes países decresceu para 1.5% em 2016. Num ambiente macroeconómico menos favorável, talvez vários governos africanos sejam incapazes de manter os atuais níveis de investimento público. Prevê-se que apenas três países africanos atinjam a meta de crescimento anual de 7% da Agenda 2063 durante 2016-20 (Tabela 1).
2. **O recente crescimento não se traduziu num maior bem-estar.** Os resultados relacionados com as dimensões do bem-estar, tais como a qualidade da educação, o estado de saúde e as condições de habitação, revelam uma associação com o PIB *per capita* em África muito menor do que a média mundial. Os resultados são

semelhantes para várias dimensões do bem-estar subjetivo, incluindo a satisfação com os níveis de vida e com a disponibilidade de cobertura de cuidados de saúde. As dimensões relacionadas com a governação pública – satisfação com os sistemas educativos e percepção da corrupção – são também motivos de preocupação. É necessário melhorar os resultados do bem-estar até 2023 para alcançar a Meta 1 do Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063 da União Africana.

3. **O continente precisa de criar mais empregos de qualidade para a sua vasta mão-de-obra, especialmente para as mulheres e os jovens.** O crescimento não criou postos de trabalho dignos que bastassem. Se as tendências se mantiverem, prevê-se que a proporção de emprego vulnerável em África fique em 66% em 2022 – longe de alcançar a meta definida pela Agenda 2063 de 41% até 2023. Atualmente, 282 milhões de trabalhadores encontram-se em empregos vulneráveis e 30% dos trabalhadores não saíram da pobreza apesar de trabalharem. As mulheres e os jovens são particularmente vulneráveis enquanto parte da mão-de-obra. Apenas 12% das mulheres africanas em idade ativa eram assalariadas em 2016, em comparação com 22% na Ásia e 33% na ALC. Cerca de 42% dos jovens trabalhadores africanos vivem com menos de USD 1.90 por dia (em paridade de poder de compra).
4. **Um maior alívio da pobreza exige a redução da desigualdade nos rendimentos.** Se África baixasse o seu coeficiente de Gini de 41 para 35 (o nível da Ásia em desenvolvimento), cada ponto percentual do crescimento do PIB reduziria o número de pessoas a viver na pobreza em mais 0.5 pontos percentuais por ano. Esta diminuição na desigualdade tiraria 130 milhões ao número de pessoas pobres. Os progressos na redução da pobreza extrema são demasiado lentos. Entre 2009-16, 36% da população africana (cerca de 400 milhões de pessoas) vivia com USD 1.90 por dia ou menos, em comparação com 49% na década de 1990. Para que se possa combater a pobreza mais rapidamente, o crescimento deve tornar-se mais inclusivo e as desigualdades devem ser reduzidas.
5. **Se nada se alterar, a transformação estrutural pode ser difícil de manter.** Desde 2000, a transformação estrutural aumentou a produtividade laboral em África em 0.4 pontos percentuais ao ano, uma vez que a mão-de-obra se deslocou de atividades menos produtivas para outras mais produtivas. Trata-se de algo essencial para assegurar o crescimento no longo prazo. Este processo está, porém, a atingir os limites, visto que a mão-de-obra se está a deslocar para setores cujos níveis de produtividade relativa estão a decrescer. Entre 13 países africanos, a proporção do comércio grosso e a retalho, restauração e hotelaria no emprego total quase duplicou em duas décadas, de 11.4% em 1990 para 20.1% em 2010. A produtividade da mão-de-obra em África também está a ficar aquém do nível da Ásia. Manter o progresso da transformação estrutural requer ações políticas estratégicas a fim de impulsionar a produtividade e criar empregos produtivos que possam rapidamente absorver um grande número de trabalhadores não qualificados. Quando comparadas com outros concorrentes globais, as empresas africanas ficam atrás do limite de produtividade em muitos setores que exigem mão-de-obra, tais como a transformação de produtos agrícolas, a construção, os serviços de logística e a indústria ligeira.

**Tabela 1. Taxas de crescimento para os países africanos, outros países em desenvolvimento e países de rendimento elevado, 2000-2020**

		Número de países em cada categoria de crescimento			
		2000-05	2006-10	2011-15	2016-20 (p)
Países africanos	Crescimento acima de 7%	9	9	6	3
	Crescimento de 0-7%	38	41	43	48
	Crescimento negativo	5	2	3	3
Outros países em desenvolvimento	Crescimento acima de 7%	15	14	10	6
	Crescimento de 0-7%	63	64	65	73
	Crescimento negativo	2	4	6	2
Países de alto rendimento	Crescimento acima de 7%	6	1	1	0
	Crescimento de 0-7%	46	43	43	51
	Crescimento negativo	0	8	8	1

Nota: (p) projecções.

Fonte: Cálculos dos autores com base em FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

### Os mercados regionais e globais oferecem novas oportunidades a África, se os governos adaptarem as suas estratégias de desenvolvimento

Para tirar proveito das muitas oportunidades de crescimento, emprego e igualdade que os mercados regionais e globais oferecem, os governos africanos têm de adaptar as respetivas estratégias à nova realidade económica. A mudança tecnológica, as cadeias de valor globais e os acordos comerciais e de investimentos em constante evolução estão a redefinir as oportunidades de integração nos mercados regionais e globais.

O desafio para a maioria dos países africanos consiste em melhorar, em vez de aumentar, a integração na economia global. As importações e as exportações de bens e serviços representaram cerca de 50% do PIB africano em 2015-16, assemelhando-se à Ásia e sendo superior à região da ALC (44%). No entanto, a maioria das exportações africanas são matérias-primas não transformadas. Melhorar a qualidade dos produtos existentes, expandir os produtos exportados e incrementar o acesso aos bens de capital e insumos pode fornecer meios para sustentar o crescimento, aumentar a qualidade dos empregos e reduzir a desigualdade. A diversificação pode alcançar-se entrando nas cadeias de valor regionais e melhorando o enfoque nos mercados emergentes.

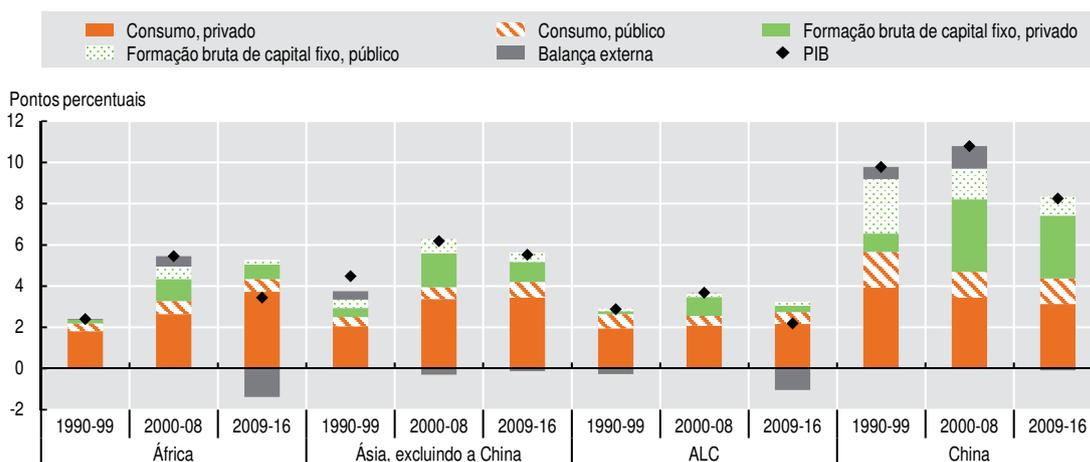
**Aprofundar a integração regional pode ajudar.** Neste processo de integração regional, a nova zona de livre comércio continental (CFTA) – inicialmente assinada por 44 Estados membros da União Africana – oferece uma importante plataforma para a ação política. A liberalização total do comércio de bens poderia impulsionar o PIB africano em 1% e o emprego total em 1.2%. O comércio intra-africano poderia crescer 33% e o défice comercial total poderia ser reduzido para metade.

Os mercados regionais africanos são cada vez mais favoráveis ao crescimento por diversas razões:

- O contributo do consumo privado para o crescimento económico aumentou progressivamente e chegou aos 3.5 pontos percentuais do PIB anualmente ao longo de 2009-16. Trata-se de um valor comparável ao da China e de outros países asiáticos em desenvolvimento (Figura 1). O rápido crescimento urbano das economias africanas, uma população com melhor instrução e um maior poder de compra da classe média emergente em África são os pilares deste crescimento do consumo privado. A classe média, definida como quem gasta entre USD 5 e USD 20 por dia, aumentou de 108 milhões de pessoas em 1990 para 247 milhões em 2013.

- **A procura regional está a crescer em África e a deslocar-se no sentido de produtos mais transformados.** Espera-se que o mercado de bens alimentícios da África subsariana atinja USD 1 bilião até 2030. A procura de alimentos processados está a crescer rapidamente, a um ritmo superior a 1.5 vezes em relação à média global entre 2005 e 2015.
- **As oportunidades comerciais em África estão presentemente a atrair investidores internacionais.** As potencialidades dos mercados internos e regionais atraíram 53.4% dos novos projetos de investimento direto estrangeiro (IDE) para África em 2013-17. Esta proporção é semelhante ao nível da Ásia (55.7%) e quase dez pontos percentuais superior ao da ALC (44.8%).
- **A simplificação dos procedimentos administrativos e a redução dos custos de arranque e operacionais tornaram o ambiente empresarial mais atrativo:** 29.5% dos investidores estrangeiros citam esta melhoria entre as principais motivações para investir em África, em comparação com 12% em 2003-2007.

Figura 1. Decomposição do crescimento por despesas em África, na Ásia e na ALC, 1990-2016



Nota: Os dados incluem 52 países africanos, 34 países asiáticos em desenvolvimento e 23 países da ALC em desenvolvimento. A contribuição para o crescimento por alteração de inventário é quase zero ( $\pm 0.01$  pontos percentuais) e foi, portanto, retirada da figura.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782696>

Este crescente mercado regional traz grandes oportunidades de crescimento às empresas locais que consigam modernizar os seus respetivos produtos. Os empresários locais e as pequenas e médias empresas (PME) beneficiam de uma vantagem relativa graças à sua proximidade e ao seu conhecimento do mercado doméstico. Contudo, as empresas africanas devem acompanhar a produtividade global ou perderão os mercados domésticos para concorrentes globais. A produtividade da mão-de-obra africana tem ficado aquém daquela da Ásia em muitos setores, como a agricultura, os transportes, as atividades financeiras, a construção e a indústria.

As empresas africanas precisam de um novo conjunto de políticas para aumentar a produtividade e tirar partido de novas oportunidades comerciais. Não bastam as reformas das relações comerciais nem os benefícios fiscais em curso para resolver esta lacuna de produtividade. Apesar destes, não se verificou um aumento significativo do investimento privado. As zonas económicas especiais (ZEE) podem atrair empresas líderes e criar alguns milhares de postos de trabalho na indústria; muitas vezes, porém,

as ZEE tornaram-se enclaves com produtividade limitada e poucas interligações com a economia local e os postos de trabalho locais. De acordo com um inquérito a 91 ZEE em 20 países da África subsariana, estas representam cerca de 1 milhão de postos de trabalho, ou 0.2% do emprego nacional.

**Colmatar a lacuna de produtividade depende também do reforço de capacidades e de políticas complementares.** As estratégias para aumentar a produtividade incluem a melhoria das capacidades de gestão e das competências técnicas, promovendo oportunidades de financiamento, diminuindo as desigualdades nos mercados de trabalho, dando mais oportunidades de formalização às empresas e melhorando a transparência e a governação. Será essencial desenvolver interligações industriais mais sólidas entre as empresas, *inclusive* através de *clusters* e programas de desenvolvimento de fornecedores.

**As economias locais podem atrair investimentos mais produtivos e de longo prazo se as políticas públicas conseguirem melhorar a mobilização de recursos internos e influxos financeiros externos.**

- **Os mercados financeiros internos e a mobilização de recursos, bem como a despesa pública, têm de se tornar mais eficientes das seguintes formas:**
  - Melhorando a intermediação financeira para ajudar a mobilizar as poupanças internas no apoio ao investimento produtivo. Em média, as poupanças internas em África representaram USD 422 mil milhões por ano em 2009-16, o que equivale a 20% do PIB do continente.
  - Melhorando as políticas fiscais, a cobrança de receitas não fiscais e aumentando a eficácia das despesas públicas. De acordo com os dados mais recentes, o continente africano mobilizou USD 312 mil milhões em receitas fiscais, ou cerca de 1.7 vezes mais do que os USD 185 mil milhões em influxos financeiros externos em 2016 (Tabela 2).
  - Combatendo os fluxos financeiros ilícitos, que correspondem a USD 50 mil milhões por ano.
- **Os influxos financeiros externos devem servir melhor a diversificação e a produtividade e criar mais postos de trabalho.** Os influxos em África atingiram 8.8% do PIB entre 2009 e 2016, significativamente acima dos da Ásia (3.8%) e da LAC (5.2%). Mas 36% do total do IDE entre 2003 e 2014 foram para a extração de recursos, enquanto as remessas foram em grande parte para os bens de consumo. Fomentar relações mais fortes entre as empresas de IDE e a economia local é crucial para a criação de mais postos de trabalho e uma melhor transferência de conhecimento e de tecnologia. Por fim, a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) pode retirar algum risco ao investimento privado e encorajar as PME a cumprir com as normas internacionais. Entre 2012 e 2015, tal financiamento ao desenvolvimento ajudou a mobilizar USD 81 mil milhões de investimento privado.

Tabela 2. Fluxos financeiros externos e internos e receitas fiscais em África (USD atual, milhares de milhão), 2010-16

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (e)
Externos	Entrada de investimento direto estrangeiro	46	45	55	62	64	49	59
	Privado							
	Investimentos em carteira	28	26	42	32	31	20	13
	Remessas	53	60	64	64	68	65	62
Público								
	Ajuda pública ao desenvolvimento	47	52	52	57	54	51	50
<b>Total dos fluxos externos</b>		<b>175</b>	<b>182</b>	<b>214</b>	<b>215</b>	<b>217</b>	<b>185</b>	<b>185</b>
<b>Receitas fiscais internas</b>		<b>332</b>	<b>407</b>	<b>421</b>	<b>418</b>	<b>412</b>	<b>343</b>	<b>312</b>

Fontes: Cálculos dos autores com base em FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados), OCDE-CAD (2017), *International Development Statistics* (base de dados) e Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

## As estratégias de desenvolvimento devem também considerar cinco megatendências que afetam a integração africana na economia global

As estratégias de desenvolvimento devem também considerar as megatendências que moldam as dinâmicas do desenvolvimento e a integração africanas na economia global. Cada uma destas megatendências traz grandes oportunidades e riscos, a partir dos quais os países africanos podem traçar importantes implicações de políticas (Capítulo 2).

1. A “**deslocação da riqueza**”, ou o papel mais significativo dos países emergentes na economia global, oferece a África a oportunidade de fazer comércio com mais parceiros, de diversificar o seu cabaz de exportações e de subir em cadeias de valor globais, assim como atrair novos investimentos, financiamento ao desenvolvimento, tecnologia e inovação. A China, por exemplo, investiu USD 118 mil milhões em África, ou 34% do seu financiamento total ao desenvolvimento, durante 2000-14. A deslocação da riqueza traz também a oportunidade de atrair para África atividades industriais de mão-de-obra intensiva. Para concretizar tais potencialidades, as economias africanas devem tornar-se mais competitivas do que outras economias emergentes. Os países africanos podem igualmente ter de impulsionar o respetivo envolvimento com os parceiros globais.
2. A **nova revolução na produção** provocada pela mudança tecnológica e pela digitalização permite às empresas africanas aceder a novos mercados, produzir a um custo mais reduzido e entrar em novos mercados acionistas. Permite, simultaneamente, que os governos africanos forneçam serviços básicos de forma mais eficiente e transparente. A título de exemplo, África já conta com mais de 277 milhões de contas de dinheiro móvel, mais do que todas as outras regiões em desenvolvimento em conjunto. Todavia, a robotização acarreta grandes riscos para a industrialização em África. Na Etiópia, 85% dos postos de trabalho são em setores suscetíveis à automação.
3. O crescimento demográfico do continente pode provocar um “**dividendo demográfico**” se as economias locais conseguirem criar emprego e prestar serviços básicos suficientes para satisfazer a crescente procura. Entre 2015 e 2050, a população ativa africana (definida como as pessoas com idades entre os 15 e os 64 anos) vai aumentar 902 milhões, cerca de 69% do aumento total em todo o mundo. O dividendo demográfico africano pode contribuir com 10-15% do crescimento do volume bruto do PIB até 2030. No entanto, a economia formal tem de criar milhões de postos de trabalho adicionais: entre o momento presente e 2030, todos os anos, mais 29 milhões de jovens, em média, vão completar 16 anos de idade. O acesso a um sistema educativo de qualidade também tem de melhorar, especialmente para as raparigas. Muitos jovens africanos carecem de competências técnicas e de gestão para serem bem-sucedidos no mercado de trabalho. Apenas 10.5% dos alunos do ensino secundário estão matriculados em programas de formação profissional e estes são, muitas vezes, subfinanciados.
4. Com a **transição urbana** em curso, prevê-se que a maioria dos africanos vivam em áreas urbanas até 2035. A urbanização traz grandes oportunidades, tais como um aumento do mercado interno tanto para a mão-de-obra como para o consumo. Pode igualmente estimular ganhos de produtividade e inovação na economia. Contudo, até ao início deste século, cerca de 62% da população urbana da África subsariana vivia em assentamentos informais. Em vários países, a urbanização não planeada pode levar à triplicação da população que vive em assentamentos informais até 2050.
5. As **alterações climáticas** representam um grande risco para 27 países africanos dos 33 afetados globalmente, embora África contribua com menos de 4% para as emissões globais de gases com efeito de estufa. As estratégias de “crescimento

verde” podem permitir a África o desenvolvimento de novas atividades económicas, a criação de novos empregos e a poupança em futuros custos de adaptação. Os países africanos podem aproveitar as potencialidades das energias renováveis, cujos custos decrescem rapidamente. Por exemplo, o da energia solar diminuiu 80% entre 2008 e 2015. Metade do crescimento na produção de eletricidade na África subsariana virá provavelmente de fontes renováveis de energia até 2040.

### Dez ações de políticas ao nível continental

A agenda de desenvolvimento do continente exige estratégias de desenvolvimento específicas, multifacetadas e holísticas, para cada contexto. Em resposta, este relatório propõe dez ações relativas a políticas públicas para fazer face aos desafios do crescimento, da criação de emprego e das desigualdades em África. As recomendações assentam em três pilares: o desenvolvimento económico sustentável, o desenvolvimento social e o desenvolvimento institucional. Estas ações pretendem concretizar as metas de desenvolvimento da Agenda 2063 da União Africana (ver Tabela 3) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como enfrentar os riscos e as oportunidades trazidas pelas megatendências. Podem contribuir para esta agenda atores de todos os níveis: instituições pan-africanas; comunidades regionais; governos nacionais, subnacionais e locais; o setor privado local; cidadãos africanos; e parceiros internacionais. Gerar dados de qualidade é fundamental para monitorizar, avaliar e ajustar as políticas para concretizar as aspirações africanas.

Tabela 3. Dez ações relativas a políticas para cumprir as metas da Agenda 2063 e os ODS

Ação relativa a políticas	Medidas Propostas	Metas da Agenda 2063	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>Ação 1: Incentivar o investimento para o desenvolvimento do setor privado interno</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tornar o investimento mais fácil para as empresas domésticas</li> <li>Assegurar a coerência entre as estratégias de promoção de IDE e a capacidade do setor privado local</li> <li>Alavancar as poupanças internas e as remessas para aumentar o investimento interno</li> <li>Aumentar a eficiência do investimento público</li> </ul>	<b>Meta 4.</b> Economias e empregos transformados <b>Meta 12.</b> Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas em todos os níveis <b>Meta 20.</b> África assume plena responsabilidade pelo financiamento do seu próprio desenvolvimento	ODS 8, 9, 12, 17
<b>Ação 2: Ajudar o setor privado a diversificar a produção e as exportações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conceber estratégias de exportação que sejam consistentes com as potencialidades do país</li> <li>Facilitar a importação de bens de capital e intermédios</li> <li>Capacitar as agências de promoção das exportações no sentido de apoiar a diversificação</li> </ul>	<b>Meta 4.</b> Economias e empregos transformados <b>Meta 5.</b> Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção	ODS 8, 9, 17
<b>Ação 3: Fortalecer as ligações entre as economias urbanas e rurais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reformar a propriedade fundiária e o ordenamento do território</li> <li>Modernizar as infraestruturas urbanas e os serviços</li> <li>Reforçar as interligações entre os espaços rural e urbano através de cidades médias sustentáveis</li> </ul>	<b>Meta 1.</b> Um nível de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos. <b>Meta 10.</b> Uma África com infraestruturas de classe mundial.	ODS 1, 8, 10, 11
<b>Ação 4: Fomentar o crescimento verde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a economia circular</li> <li>Tornar as atividades económicas existentes mais ecológicas</li> </ul>	<b>Meta 5.</b> Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção <b>Meta 6.</b> Economia azul/de oceano <b>Meta 7.</b> Economias e comunidades ambientalmente sustentáveis e resistentes às alterações climáticas	ODS 7, 13, 14, 15

Tabela 3. Dez ações relativas a políticas para cumprir as metas da Agenda 2063 e os ODS (cont.)

Ação relativa a políticas	Medidas Propostas	Metas da Agenda 2063	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>Ação 5: Investir mais em educação e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade da educação e das competências</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incitar o acesso universal à educação, especialmente para as raparigas</li> <li>• Promover a educação especializada em setores estratégicos</li> <li>• Melhorar a educação e a formação técnicas e profissionais</li> <li>• Aproximar as instituições de ensino do mercado de trabalho e das empresas privadas</li> </ul>	<p><b>Meta 2.</b> Cidadãos com boa instrução e revolução de competências apoiada pela ciência, a tecnologia e a inovação</p> <p><b>Meta 17.</b> Plena igualdade de género em todas as esferas da vida</p> <p><b>Meta 18.</b> Jovens e crianças envolvidos e capacitados</p>	ODS 4, 5, 12
<b>Ação 6: Aumentar a cobertura dos sistemas de proteção social, incluindo no trabalho e na saúde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer patamares mínimos de proteção social</li> <li>• Financiar os sistemas de proteção social de forma sustentável</li> </ul>	<p><b>Meta 1.</b> Um nível de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos</p> <p><b>Meta 3.</b> Cidadãos saudáveis e bem nutridos</p>	ODS 1, 3, 10
<b>Ação 7: Impulsionar o envolvimento africano com os parceiros globais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a cooperação global</li> <li>• Melhorar as parcerias africanas e cooperação já existentes</li> </ul>	<p><b>Meta 19.</b> África como parceiro importante nos assuntos globais e na coexistência pacífica</p> <p><b>Meta 20.</b> África assume plena responsabilidade pelo financiamento do seu próprio desenvolvimento</p>	ODS 10, 17
<b>Ação 8: Aprofundar a integração regional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar a coordenação e a governação das comunidades económicas regionais (CER) e racionalizar adesões</li> <li>• Facilitar o comércio de mercadorias</li> <li>• Aprofundar a integração regional a fim de Incluir a livre circulação de pessoas, capitais e serviços</li> </ul>	<p><b>Meta 4.</b> Economias transformadas e criação de empregos</p> <p><b>Meta 8.</b> África Unida (federal ou confederada)</p> <p><b>Meta 9.</b> Instituições continentais financeiras e monetárias implementadas e funcionais</p> <p><b>Meta 10.</b> Uma África com infraestruturas de classe mundial</p>	ODS 9, 10, 11, 17
<b>Ação 9: Mobilizar os recursos internos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceber sistemas fiscais que ampliem a base tributária e incentivem o cumprimento da lei</li> <li>• Investir em administrações fiscais mais eficientes e eficazes</li> <li>• Cooperar no nível internacional para melhorar os sistemas fiscais</li> </ul>	<p><b>Meta 20.</b> África assume plena responsabilidade pelo financiamento do seu próprio desenvolvimento</p>	ODS 8, 17
<b>Ação 10: Reforçar a governação económica e política</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a responsabilidade e a transparência dos processos de tomada de decisões e das políticas de redistribuição</li> <li>• Promover a boa governação empresarial</li> <li>• Investir continuamente na melhoria da capacidade institucional</li> <li>• Garantir que as reformas sejam implementadas no nível governamental adequado</li> </ul>	<p><b>Meta 8.</b> África Unida (federal ou confederada)</p> <p><b>Meta 11.</b> Valores e práticas democráticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do Estado de direito bem estabelecidos</p> <p><b>Meta 12.</b> Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas em todos os níveis</p>	ODS 8, 16, 17

### As estratégias de desenvolvimento devem ser implementáveis no nível regional

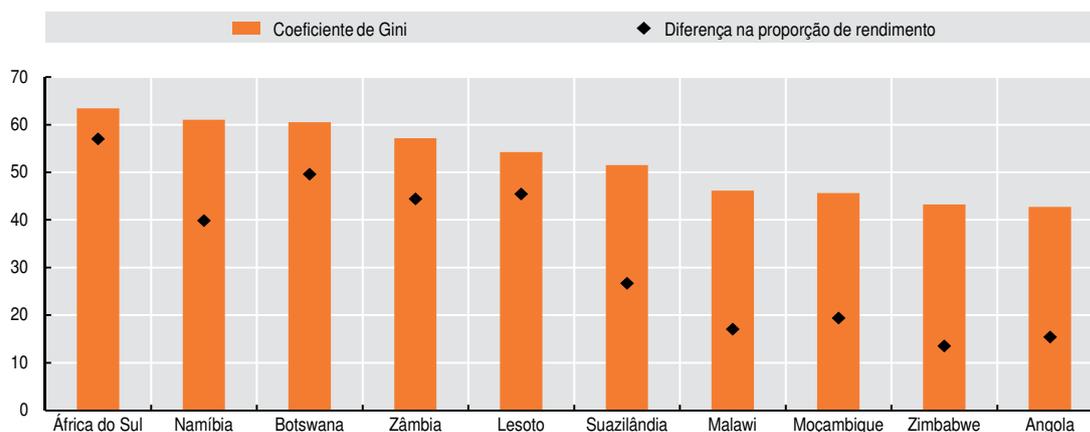
Além da agenda continental, as estratégias também devem ser implementáveis no nível regional e considerar a diversidade das regiões africanas e das economias nacionais. É necessária uma integração regional mais aprofundada para gerar economias de escala e assegurar uma maior eficiência nos mercados africanos. Nas cinco regiões definidas no Tratado de Abuja, as CER africanas desempenham um papel essencial na coordenação da implementação do plano de ação do continente para o crescimento, o emprego e a redução das desigualdades.

## Na África Austral

Desde o ano 2000, a África Austral tem registrado um crescimento económico estável, mas encontra-se agora em desaceleração. O PIB real cresceu 5.2% ao ano entre 2000 e 2008, antes de abrandar para 2.6% entre 2009 e 2016. A volatilidade nos preços das matérias-primas e do investimento no setor extrativo afetou fortemente o desempenho. O valor acrescentado da indústria na região caiu de 18.2% do PIB para 12.6% do PIB entre 2000 e 2015. Esta tendência de “desindustrialização precoce” constitui um grande desafio ao crescimento inclusivo e à concretização da Agenda 2063.

O emprego continua a ser um enorme desafio na África Austral, sobretudo para os 1.1 milhões de jovens adicionais que ingressam na população ativa todos os anos. A região abriga seis dos dez países mais desiguais do mundo, não obstante os sistemas fiscais progressivos e as políticas redistributivas em países como a África do Sul e a Zâmbia (Figura 2). O número de pessoas em pobreza extrema manteve-se nos 35.6% em 2013, tendo decrescido de 43.8% em 1990. A desigualdade de género continua a ser um obstáculo significativo ao crescimento inclusivo e ao bem-estar, embora a África Austral tenha um melhor desempenho do que outras regiões africanas.

Figura 2. Coeficientes de Gini e diferença na proporção de rendimento nos países da África Austral



Nota: A diferença entre o grupo superior e o inferior refere-se ao rácio entre as proporções de rendimento detidas pelos 10% mais ricos e o rendimento detido pelos 10% mais pobres na distribuição de rendimentos nacional. São mostrados os últimos dados disponíveis para cada país.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017b), PovcalNet (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783190>

Para garantir que o crescimento seja bem-sucedido na redução da desigualdade e do desemprego, os governos da África Austral poderiam realizar as seguintes ações prioritárias:

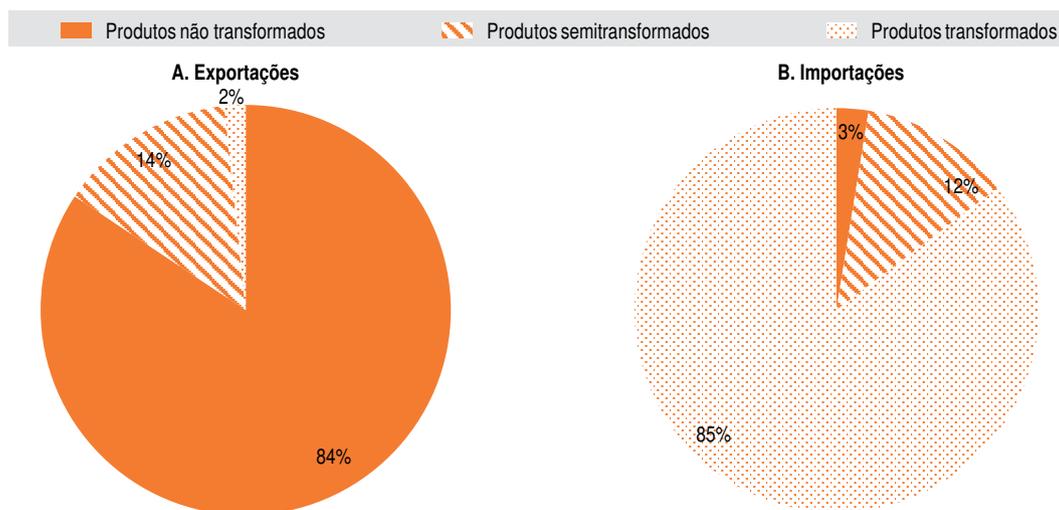
- Promover a implementação da Estratégia e o Roteiro de Industrialização da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral 2015-2063, com o objetivo de facilitar os investimentos no desenvolvimento das capacidades tecnológicas e industriais internas, incentivando o comércio intrarregional e identificando oportunidades de industrialização que origine empregos.
- Encorajar diferentes tipos de empreendedorismo local e investir em programas de formação de competências em conjunto com o setor privado. Tal iria aumentar a empregabilidade dos trabalhadores, especialmente para os jovens e as mulheres.
- Expandir e integrar os sistemas de proteção social e continuar os esforços de redução da pobreza, especialmente nas áreas rurais. A natureza enraizada da desigualdade e do desemprego apela à conjugação de políticas do mercado de trabalho e de programas de assistência social.

### Na África Central

A África Central teve um forte crescimento de 5.6%, em média, desde 2000, mas a região não conseguiu transformar esta riqueza num desenvolvimento resistente e sustentável. As economias da África Central mantêm-se altamente dependentes dos recursos. Os produtos não transformados (sobretudo hidrocarbonetos, cobre e madeira) são responsáveis por 84% das exportações da região, a maior proporção entre as cinco regiões africanas (Figura 3). O crescimento depende dos preços dos produtos de base. Esta volatilidade pode impedir o investimento de longo prazo, o que constitui um desafio à colmatação da lacuna no acesso a infraestruturas e eletricidade.

A criação de postos de trabalho formais tem-se dissociado da atividade económica desde 2015. A distribuição desigual dos recursos naturais criou desigualdades territoriais e consideráveis disparidades de riqueza entre países e entre setores económicos. Tal situação só veio acrescentar à estagnação da desigualdade de rendimentos, mantendo-se o coeficiente de Gini na África Central em 42, em média, desde 2000, superior às outras regiões africanas.

Figura 3. Composição do comércio na África Central, 2016



Fonte: Cálculos dos autores com base na Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), base de dados da UNCOMTRADE (2017).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933783285>

Os governos podem explorar várias políticas para melhorar a resiliência social e económica, para criar empregos e apoiar o crescimento sustentável e inclusivo, incluindo o seguinte:

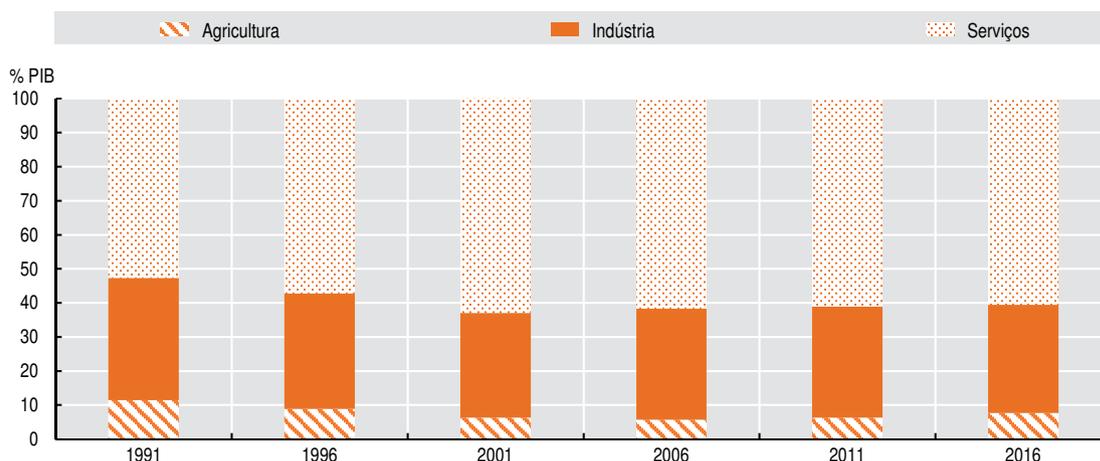
- Aprofundar a cooperação regional em políticas fiscais, monetárias e comerciais, para a promoção de cadeias de valor regionais e o reforço da competitividade do setor privado. Facilitar investimentos nacionais e regionais em infraestruturas de transportes, eletricidade e telecomunicações é crucial para a implementação dos compromissos de integração regional.
- Garantir que as empresas locais tenham acesso à eletricidade, aos serviços básicos, a mão-de-obra qualificada e a equipamentos importados, a fim de encorajar a transformação local de matérias-primas. São também necessárias políticas direcionadas para encorajar a participação das mulheres e dos jovens na mão-de-obra e reduzir a sua vulnerabilidade.
- Reforçar a cobrança de impostos, as políticas de redistribuição e os sistemas de proteção social para garantir que as rendas do setor extrativo sirvam melhor a

população. Tal requer a melhoria dos sistemas estatísticos para garantir que haja dados disponíveis e fiáveis e que esses sejam usados de forma eficaz para informar as políticas.

### Na África Oriental

A África Oriental beneficiou dum crescimento económico maior e mais resiliente do que as outras regiões, graças ao seu perfil económico mais diversificado. Desde 1990, as taxas de crescimento anuais na região ultrapassam os 4%. Este crescimento foi impulsionado pelo setor dos serviços, que representa agora quase 60% do PIB (Figura 4). Contudo, esta expansão deriva sobretudo de serviços informais e não comercializáveis. Um modelo abrangente de crescimento baseado na agricultura e na exportação que se concentra num reduzido conjunto de produtos (por exemplo, café, chá e minerais) torna a região vulnerável às flutuações dos preços das matérias-primas e às depreciações da moeda.

Figura 4. Valor acrescentado médio por setor enquanto percentagem do PIB na África Oriental, 1991-2016



Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).  
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783703>

No entanto, o crescimento dos últimos anos não se traduziu numa transformação estrutural acelerada nem na criação de emprego. Com 35% da população ainda em condições de extrema pobreza, o crescimento não reduziu a pobreza nem a desigualdade de rendimentos de forma significativa. Pelo contrário, a desigualdade de rendimentos é uma tendência ascendente, tendo apenas quatro países um coeficiente de Gini abaixo de 40. O fosso entre géneros no emprego só diminuiu ligeiramente, tendo o rácio de emprego entre homens e mulheres caído de 1.41 em 1991 para 1.39 em 2017. A maioria das mulheres trabalha no setor informal (por exemplo, de 50% no Uganda a 80% no Quênia e no Ruanda).

O crescimento do PIB resulta cada vez mais do consumo privado, o que constitui tanto uma oportunidade para entrar num mercado interno crescente, como também um risco de agravamento da balança comercial através da procura de bens importados. Os governos da África Oriental podem enfatizar as seguintes políticas económicas e sociais:

- Melhorar o quadro regulamentar e de políticas e o ambiente de negócios, de forma geral, é fundamental para fomentar a diversificação e um crescimento mais sustentável. Os decisores políticos podem incentivar o investimento produtivo na economia através de medidas estruturais e institucionais, tais como a simplificação de regulamentos comerciais e a isenção de taxas de importação sobre capital e bens intermédios. Impulsionar a produtividade agrícola e apoiar empresas de elevada

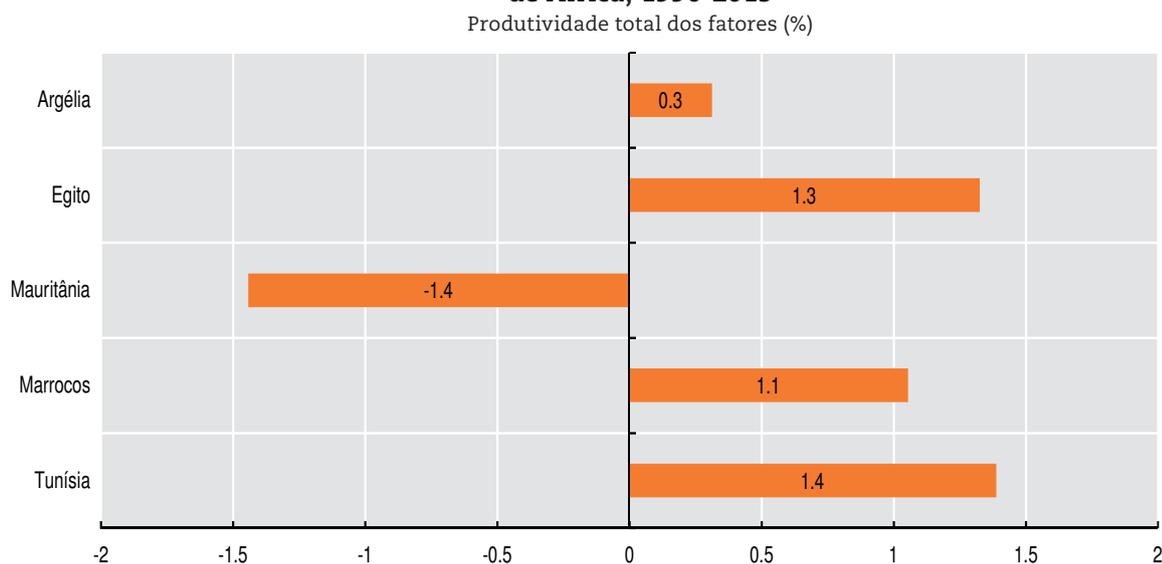
potencialidade nos setores industrial e dos serviços ajudará a região a acelerar a sua transformação económica.

- Vários países estão a fazer face à pobreza reforçando os programas de proteção social e investindo na educação e no desenvolvimento de competências, que são extremamente necessárias. Estes investimentos terão de aumentar consideravelmente para que estes programas possam apoiar um desenvolvimento mais inclusivo.

### No Norte de África

Apesar da volatilidade de crescimento, os governos no Norte de África têm sido capazes de reduzir a pobreza e a desigualdade de oportunidades. O crescimento foi, em média, de 2.6% entre 2010 e 2015 (em comparação com 4% entre 1995 e 2009). Este crescimento mais reduzido deve-se principalmente à volatilidade dos preços do petróleo, a um abrandamento da procura europeia após a crise financeira global de 2008, às repercussões da Primavera Árabe e a conflitos contínuos. Os ganhos de produtividade são insuficientes, revelando uma falta de inovação nas economias (Figura 5).

Figura 5. Crescimento da produtividade total dos fatores por país no Norte de África, 1990-2015



Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).  
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783931>

As desigualdades e a pobreza também diminuíram significativamente, graças à melhoria no acesso aos serviços básicos e a programas de proteção social. Todavia, a desigualdade de rendimentos persiste, dado que os 20% mais ricos ganham 7.5 vezes mais do que os 20% mais pobres, e parte da população continua vulnerável à pobreza.

As taxas de participação na população ativa são ainda baixas no Norte de África (40.9% de 1990 para 2015). Os jovens e as mulheres são os mais desfavorecidos no mercado de trabalho. O principal desafio do desemprego entre os jovens é a falta de postos de trabalho altamente qualificados para uma população cada vez mais instruída. O desemprego entre os jovens (15-24 anos) é de 28.8%, o dobro da média mundial. Apenas 16.6% das jovens mulheres se encontram empregadas ou à procura de emprego, em comparação com 46.8% dos jovens do género masculino. Cerca de um quarto destes jovens trabalhadores vive na pobreza. Cerca de 26% dos jovens com idades entre os 15 e os 24 anos não estão nem a estudar nem a trabalhar ou em formação (NEET), a segunda taxa mais elevada a nível mundial.

Para superar estes desafios, as políticas terão de melhorar e reforçar a estabilidade política e a responsabilidade institucional, acelerar a transformação estrutural das economias e direcionar a criação de empregos para as mulheres e jovens através de políticas estruturais. Recomendam-se as seguintes ações:

- Deslocar as economias para setores estratégicos que criem valor acrescentado e emprego para os trabalhadores jovens e qualificados. O desenvolvimento do setor industrial e o enfoque na exportação de bens e serviços para o resto do continente africano poderiam ajudar a alcançar esse objetivo.
- Promover a flexibilidade no local de trabalho a fim de incentivar a participação feminina, apoiar as mulheres empresárias e alinhar o sistema educativo com as necessidades do mercado de trabalho para garantir uma maior taxa de emprego entre os jovens.

### Na África Ocidental

Entre 2000 e 2014, a África Ocidental verificou uma das mais fortes taxas de crescimento do continente, acima de 5%. Esta é, porém, desigual, uma vez que a Nigéria, o Gana e a Côte d'Ivoire representam 85% do PIB regional. A elevada informalidade, as desigualdades crescentes e a pobreza também minam a resiliência do crescimento.

O crescimento demográfico da África Ocidental, a crescente procura regional e a classe média emergente representam grandes oportunidades para o desenvolvimento, mas exigem a criação de milhões de postos de trabalho na economia formal. O crescimento económico é sobretudo impulsionado pela exploração de matérias-primas e pelo setor agrícola, atividades estas que não oferecem oportunidades de trabalho suficientes para os jovens. Assim, os jovens e as mulheres, que são igualmente excluídos do mercado de trabalho formal, recorrem a atividades do setor informal, que representam entre 68% e 90% dos postos de trabalho (Tabela 4). A falta de emprego formal está a tornar-se num enorme desafio, dado que os jovens com idades entre os 15 e os 24 anos representarão 20% da população até 2035 (117 milhões).

Tabela 4. Proporção do setor informal de emprego não agrícola por género na África Ocidental

País	Ano	Setor informal proporção (%)	Proporção de mão de obra	
			Mulheres	Homens
Benim	2011	94.5	97.7	90.2
Côte d'Ivoire	2016	87.7	93.8	82.4
Gâmbia	2012	68.2	77.6	62.0
Gana	2015	83.2	88.3	75.9
Libéria	2010	77.6	86.3	68.8
Mali	2015	92.1	96.9	87.9
Níger	2011	86.4	95.2	76.4
Senegal	2015	90.4	93.5	88.2

Fonte: Cálculos dos autores com base em OIT (2017) base de dados ILOStat.

Embora o acesso aos serviços básicos tenha melhorado, a distribuição de rendimentos mantém-se desigual. Devido ao rápido crescimento populacional, o número de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza cresceu de 98.9 milhões (55.4%) em 1990 para 144.4 milhões (43.8%) em 2013. As desigualdades são ainda imensas, com um coeficiente de Gini de 0.39 em 2014, que é até mais elevado em vários países. O índice de desenvolvimento humano (IDH) é um dos mais baixos do continente, situando-se nos 0.47. A segurança social continua a não ser suficiente e metade dos países da África Ocidental apresenta fortes desigualdades de género.

Para gerar crescimento sustentável e inclusivo, as estratégias a desenvolver têm de se apoiar em três eixos principais:

- O desenvolvimento do setor privado interno apoiando *clusters* empresariais, melhorando os quadros regulamentares e os sistemas fiscais de modo a atrair investimentos e promovendo a diversificação económica.
- O reforço das interligações entre os espaços rural e urbano melhorando a capacidade das cidades intermediárias, as infraestruturas e corredores nacionais e transfronteiriços e promovendo as atividades agroindustriais.
- Investir mais na educação universal, especialmente das raparigas, melhorando simultaneamente a qualidade da educação e o desenvolvimento de competências profissionais para corresponder à procura existente no mercado de trabalho.

### **Bibliografia**

Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados), <http://wdi.worldbank.org> (consultada em 15 de fevereiro de 2018).

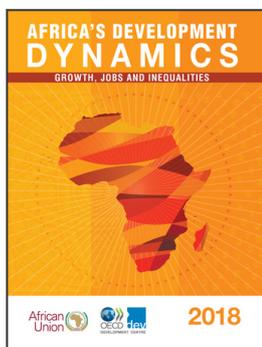
Banco Mundial (2017b), *PovcalNet*(base de dados), <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/povOnDemand.aspx>(consultada em 20 de abril de 2018).

Divisão de Estatística da ONU (2017), *UN COMTRADE* (base de dados), <http://wits.worldbank.org/wits/> (consultada em 1 de fevereiro de 2018).

FMI (2018), *World Economic Outlook, April 2018* (base de dados), [www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/index.aspx](http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/index.aspx) (consultada em 20 de abril de 2018).

OIT (2017), *ILOSTAT* (base de dados), [www.ilo.org/ilostat/](http://www.ilo.org/ilostat/) (consultada em 1 de março de 2018).

OCDE-CAD (2017), *International Development Statistics* (base de dados), [www.oecd.org/dac/stats/idsonline.htm](http://www.oecd.org/dac/stats/idsonline.htm) (consultada em 15 de fevereiro de 2018).



**From:**  
**Africa's Development Dynamics 2018**  
Growth, Jobs and Inequalities

**Access the complete publication at:**  
<https://doi.org/10.1787/9789264302501-en>

**Please cite this chapter as:**

African Union Commission/OECD (2018), “Visão geral: Tirar partido das dinâmicas do desenvolvimento em África para concretizar a Agenda 2063”, in *Africa's Development Dynamics 2018: Growth, Jobs and Inequalities*, OECD Publishing, Paris/African Union Commission, Addis Ababa.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264306301-5-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to [rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org). Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at [info@copyright.com](mailto:info@copyright.com) or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at [contact@cfcopies.com](mailto:contact@cfcopies.com).